

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 158

Período: 26/02/05 a 04/03/05

Franca – Brasil

- 1- Governo brasileiro aceita compartilhar informações de passageiros com destino aos Estados Unidos
- 2- Marinha impede acesso de técnicos do Incra à Ilha de Marambaia
- 3- Situação das tropas militares no estado do Pará
- 4- Avião da 2ª Guerra Mundial será exibido em museu
- 5- Comemoração da conquista do Monte Castello faz 60 anos
- 6- Forças brasileiras no Haiti ainda enfrentam clima de tensão
- 7- General brasileiro que comanda forças de paz da ONU no Haiti dá entrevista ao *Globo*
- 8- Resultado de investigação sobre queima de arquivos da ditadura é questionado
- 9- Resultado de investigação sobre queima de arquivos da ditadura é questionado

Governo brasileiro aceita compartilhar informações de passageiros com destino aos Estados Unidos

De acordo com o jornal *O Globo*, o governo brasileiro autorizou as companhias aéreas estabelecidas no país a fornecerem ao Departamento de Segurança norte-americano informações sobre os passageiros brasileiros com destino aos Estados Unidos. O acordo final, analisado pelo Itamaraty, Ministério da Defesa, Advocacia Geral da União, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícia Federal e Departamento de Aviação Civil, ainda não foi assinado. Entretanto, um arranjo provisório, baseado na reciprocidade, no respeito à lei internacional e no veto à discriminação de grupos específicos, determina que as companhias aéreas compartilhem informações dadas pelos passageiros no ato da reserva da passagem, como, por exemplo, nome, data de ida e volta, itinerário, endereço do pagamento da passagem, forma de pagamento e e-mail. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o subsecretário da Segurança Interna dos Estados Unidos, Asa Hutchinson, informou que o procedimento visa impedir a entrada de terroristas no país. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 26/02/05; O Globo – O Mundo – 26/02/05*).

Marinha impede acesso de técnicos do Incra à Ilha de Marambaia

O jornal *O Globo* informou que a demarcação das terras da Ilha de Marambaia, localizada no Rio de Janeiro, depende de um consenso entre a Marinha, que controla a área, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que pretende enviar técnicos à região para concluir o trabalho de concessão de titularidade coletiva da terra às famílias de descendentes de escravos, que desde o século XIX ocupam a região. Segundo *O Globo*, o comandante do centro de adestramento da Marinha afirmou ter ordens superiores para impedir a entrada dos técnicos. O *Jornal do Brasil* noticiou que o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, defende o cancelamento do decreto que regulamenta a titulação das terras, pois se trata de uma Área de Proteção Ambiental. (*Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 26/02/05; O Globo – Rio – 26/02/05*).

Situação das tropas militares no estado do Pará

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Presidência da República e o Ministério da Justiça negaram que há falta de recursos para garantir a permanência do Exército na operação Pacajá, a qual auxilia a resolução de conflitos e o ordenamento fundiário no estado do Pará. O jornal *O Globo* informou que o Comando do Exército divulgou uma nota em resposta às declarações do comandante militar da Amazônia, general Cláudio Barbosa de Figueiredo, que alertavam sobre uma possível retirada dos militares da região devido à falta de verbas. A nota enfatiza que o “Exército inicia as operações e levanta custos, que são providos pelo governo federal, respondendo, assim, às demandas do país”. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de não haver previsão para a retirada das tropas militares estabelecidas nas regiões de conflito, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, foi ao Pará para definir a estratégia que será adotada pelos governos federal e estadual após a saída do Exército. O *Estado* informou que o governo federal disponibilizou um efetivo de 408 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública para substituir as tropas militares quando necessário. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou que a polícia federal dos Estados Unidos (FBI) enviou ao Pará três agentes, com o objetivo de obter informações para elaborar um relatório sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira, Dorothy Stang, ocorrido em Anapu, no dia 12 de Fevereiro. As polícias Civil e Federal revelaram que os agentes norte-americanos não participarão das investigações, esclarecendo, assim, que não haverá interferência do FBI no resultado dos inquéritos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/02/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/02/05 – O Globo – O País – 26/02/05).

Avião da 2ª Guerra Mundial será exibido em museu

O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou que um avião caça P-47 Thunderbolt do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB) foi resgatado de um depósito da Prefeitura de São Paulo e está sendo restaurado para ser exibido no museu de aviação da empresa de transportes aéreos TAM em São Carlos, interior de São Paulo. Segundo o jornal, o P-47 é um raro exemplar que esteve em combate na Itália durante a 2ª Guerra Mundial. O museu já tem 58 aeronaves, das quais 36 estão em condições de voo. O acervo inclui aviões clássicos da 2ª Guerra Mundial, como o caça britânico Spitfire e o caça naval americano Corsair. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/02/05).

Comemoração da conquista do Monte Castello faz 60 anos

Conforme já divulgado no Informe Brasil anterior, este ano comemorou-se 60 anos da conquista do Monte Castello (Itália) pelos oficiais da Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial. Desta vez, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou matéria sobre o fato, destacando que o Monte Castello constitui-se em uma posição estratégica para a vitória das tropas aliadas contra os alemães na Itália. Segundo o jornal, uma tese de doutorado aprovada na Universidade de São Paulo, do historiador César Campiani Maximiano, descreve que os brasileiros que subiram o monte em 21 de fevereiro de 1945 encontraram um "caldeirão de fogo", atacaram posições bem construídas e defendidas pelos alemães, além de enfrentar temperaturas muito baixas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/02/05).

Forças brasileiras no Haiti ainda enfrentam clima de tensão

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que, apesar da presença dos quase 8.000 militares e policiais da Missão de Paz da Organização das Nações Unidas (Minustah) no Haiti, a invasão da Penitenciária Nacional, na capital Porto Príncipe, resultou na fuga de 481 presos, o equivalente a 20% da população carcerária haitiana. Segundo o jornal, a fuga em massa expôs a fragilidade da segurança pública haitiana, especialmente em relação às forças policiais, e trouxe dúvidas sobre as condições nas quais os haitianos irão às urnas no final deste ano e se, quando eleito o novo governo, o Haiti conseguirá romper o ciclo de governos autoritários, de intervenções estrangeiras e, sobretudo, da miséria extrema. De acordo com o comandante da Minustah, o general Heleno Ribeiro, houve conivência da polícia haitiana com a fuga. O jornal *O Globo* também informou que nos dias 25 e 26, as forças brasileiras foram atacadas e quatro militares brasileiros foram feridos devido à revolta da população contra a Polícia Nacional Haitiana (PNH). Conforme afirmou o coronel Soares, um dos dirigentes do Exército Brasileiro no comando da Brigada Brasileira de Força de Paz, a PNH teria realizado, dois dias antes do ataque às tropas brasileiras, uma operação que matou seis inocentes. As informações foram passadas em nota oficial do Exército brasileiro, na qual, o coronel reclamou também sobre a atuação das tropas da PNH que, segundo ele, prejudica o trabalho de pacificação feito pelos brasileiros. Ainda de acordo com o coronel, os responsáveis pelos tiros não foram identificados. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Comandante Carlos Chagas Braga, assistente do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, informou que a situação na capital haitiana está calma, mas que a Minustah prevê o aumento de incidentes na véspera do primeiro aniversário da partida do Presidente deposto Jean-Aristide Bertrand para o exílio e que, por isso, permanecerá de sobreaviso nos próximos dias. O general mostrou-se ainda, em entrevista ao jornal *O Globo*, esperançoso em relação à missão de paz da ONU por ele comandada, apesar dos problemas como: a falta de soldados, a ocorrência de ações criminosas e a falta de apoio humanitário internacional. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 27/02/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/02/05; O Globo – O País – 27/02/05; O Globo – O Mundo – 02/03/05*).

General brasileiro que comanda forças de paz da ONU no Haiti dá entrevista ao *Globo*

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o general brasileiro Augusto Heleno Pereira, Comandante da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, comentou alguns aspectos da preparação desta operação, do agravamento da violência nos últimos meses no Haiti e das comparações com a ocupação do Iraque. Primeiramente, ele disse que desde o início tinha consciência que a missão não seria fácil, afinal, teria a difícil tarefa de controlar oito milhões de habitantes que passavam por uma situação de crise. Em outubro de 2004, a situação ficou ainda pior e só haveria uma melhora em dezembro, quando foi feita uma operação numa favela que estava paralisada pelas gangues. O general também relatou as divergências com a polícia local que, por querer agir em curto prazo, optou por trabalhar sozinha para depois recorrer às tropas da ONU. Augusto Heleno Pereira ressaltou o recente caso em que houve seis mortos numa operação da polícia, além de outros três casos nesta semana. Em relação às comparações dos críticos com a ocupação do Iraque, o general Heleno acha que são coisas completamente diferentes, já que no Iraque há uma

força de ocupação com uma guerra declarada, enquanto no Haiti, a força é de paz, não de ocupação. Ele afirmou ainda que se recusaria a utilizar força no Haiti de maneira indiscriminada. (O Globo – O Mundo – 02/03/05).

Resultado de investigação sobre queima de arquivos da ditadura é questionado

O jornal *O Globo* noticiou, neste dia 28, que as conclusões do Inquérito Policial-Militar (IPM) que investigou a suposta queima de arquivos sigilosos, produzidos por órgãos de informação durante a ditadura militar (1964-1985), na Base Aérea de Salvador, foram questionadas por especialistas em investigações policiais. O IPM concluiu, com base em perícia feita pela Polícia Federal da Bahia, que não houve incineração de papéis no terreno da Base Aérea, como denunciara reportagem do programa jornalístico “Fantástico”, da emissora de televisão Rede Globo, em 12 de dezembro de 2004. A perícia da Polícia Federal (PF) afirmou que foram encontrados objetos no local que não estavam retorcidos nem apresentavam vestígios da ação do fogo e que, por isso, “os documentos foram lançados naquela posição após terem sido submetidos ao fogo noutra localidade”. No entanto, após a comparação das fotos feitas pela perícia da Polícia Federal (PF) com as imagens dos documentos incinerados exibidas pela emissora, o perito Nelson Massini, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirmou que o local foi adulterado e que isso comprometeu o resultado da perícia. De acordo com Massini, nas fotos feitas pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, e que serviram de base para a perícia, aparecem dois objetos, que não estavam nas imagens originais, exibidas pela televisão. Tendo em vista a repercussão do caso, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica divulgou uma nota afirmando que o Comandante Luiz Carlos Bueno determinou “o isolamento total da área supostamente utilizada para a queima dos papéis, o que garantiu sua integridade, a partir da noite de 12 de dezembro de 2004, a fim de permitir a realização de perícia técnica”. A nota diz ainda que o Comando da Aeronáutica permanece à disposição do Ministério Público Militar “a fim de atender prontamente a todas as solicitações que vierem a ser feitas”. O presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da Bahia, Dinailton Oliveira, criticou o resultado do IPM e afirmou que está evidente que houve manipulação do local periciado. Segundo Oliveira, essas distorções e o indicativo de manipulação do local ocorreram por culpa do próprio governo federal, que determinou que o encaminhamento do inquérito fosse sigiloso. A seccional da OAB juntamente com as entidades que acompanharam o início das investigações (entre elas, a Associação Baiana de Imprensa e o grupo Tortura Nunca Mais) devem encaminhar um ofício com nota conjunta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, posicionando-se a respeito do tema. De acordo com *O Globo*, o IPM, aberto pelo comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, também concluiu que “nenhuma autoridade militar tem responsabilidade no episódio”. Segundo o inquérito, o único delito militar no caso foi praticado pela pessoa, não identificada, que fez a filmagem dos documentos incinerados dentro da Base Aérea. O laudo da PF também afirma que as marcas de fuligem numa rampa que existe no local, que não são recentes, e a presença de vegetação também indicam que não houve queima no local. Porém, o botânico e professor da UERJ, Roberto Lourenço Esteves, afirma que a vegetação poderia se recompor em um mês ou um mês e meio, inclusive estimulado pelo calor da queima. Ainda na conclusão do IPM, aparecem fotos de um outro lote de documentos, cuja descoberta foi anunciada pelo

comandante da Aeronáutica somente no dia seguinte (13 de dezembro de 2004) à exibição da reportagem do “Fantástico”, apesar da reafirmação presente no mesmo inquérito de que todos os documentos do período militar que estavam arquivados na base aérea foram retirados pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) em 1987. O vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, disse que se o Ministério Público achar necessário, novas perícias podem ser feitas na Base Aérea de Salvador. A promotora do Ministério Público Militar, Teresa Cristina Leal Baraúna, afirmou que a investigação vai continuar por parte do Ministério, independente da conclusão do IPM. A Aeronáutica informou que a atual investigação terá poderes para solicitar novas diligências e depoimentos, entre outras providências. Nilmário Miranda, secretário nacional de Direitos Humanos, anunciou que o governo federal decidiu contratar um perito independente para avaliar o laudo sobre a queima de arquivos. O perito se embasará nas imagens que geraram dúvidas, afirmou o jornal. (O Globo – O País – 28/03/05; O Globo – O País – 01/03/05; O Globo – O País – 02/03/05).

Capitão do Exército mata colega na porta do clube

De acordo com *O Globo*, o capitão do Exército Kilson Nascimento, de 35 anos, foi preso, enquanto fugia, após matar a facadas o capitão-dentista do Exército, Riovani Resende Bruno de Oliveira, de 40 anos. O crime ocorreu em frente ao clube da Vila Militar da Academia das Agulhas Negras (Aman), em Resende. Segundo o jornal, os dois estavam discutindo após Kilson assediar a mulher de Riovani. O comando da academia abriu um Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar o crime. (O Globo – Rio – 01/03/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

****O Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos**

jornais.